



# CERCAR E TRAZER O BOI

PECUÁRIA BOVINA ILEGAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



CONFLICT AND ENVIRONMENT

AMNESTY  
INTERNATIONAL



**A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 7 milhões de pessoas que fazem campanha por um mundo onde os direitos humanos sejam desfrutados por todos.**

**Nossa visão é que todas as pessoas desfrutem todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos.**

**Somos independentes de qualquer governo, ideologia, política, interesse econômico ou religião e somos financiados principalmente por nossos membros e doações públicas.**

© Anistia Internacional 2019

Salvo indicação em contrário, o conteúdo deste document está licenciado pela *Creative Commons* (atribuição não comercial sem derivações, internacional 4.0).

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Para mais informações, por favor visite a página de permissões em nosso site: [www.amnesty.org](http://www.amnesty.org)

Onde os direitos autorais forem atribuídos a um detentor diferente da Anistia Internacional, o material em questão não está sujeito aos termos de licença *Creative Commons*.

Publicado pela primeira vez em 2019

pela Anistia Internacional

Praça São Salvador, 5 – Laranjeiras, Rio de Janeiro  
RJ, 22231-170

Index: AMR 19/1401/2019

Original language: English

[amnesty.org](http://amnesty.org)



**Foto de capa:** Bois pastando em uma propriedade dentro da Terra Indígena Manoki, no estado do Mato Grosso, Brasil. A expansão da pecuária bovina tem sido a principal causa do desmatamento na Amazônia brasileira.

© Marizilda Cruppe

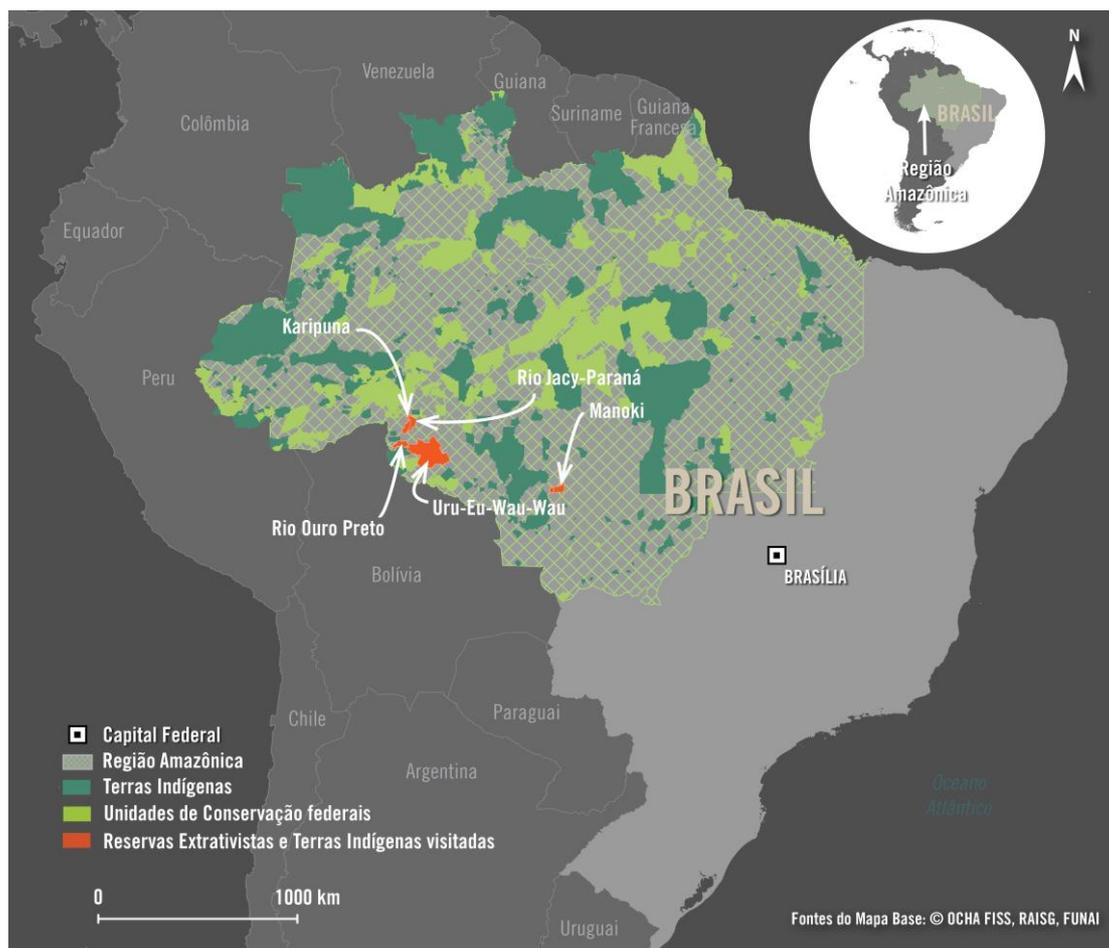
**AMNESTY**  
INTERNATIONAL



# SUMÁRIO

<b>MAPA</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>METODOLOGIA E TERMINOLOGIA</b>	<b>8</b>
<b>CONTEXTO</b>	<b>10</b>
<b>RESULTADOS: PRESSÃO CRESCENTE PARA CRIAR BOVINOS EM ÁREAS PROTEGIDAS</b>	<b>13</b>
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JACY-PARANÁ	15
TERRA INDÍGENA MANOKI	17
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO	18
TERRA INDÍGENA URU-EU-WAU-WAU	21
TERRA INDÍGENA KARIPUNA	23
<b>GOVERNOS ESTADUAIS FACILITAM PECUÁRIA BOVINA ILEGAL</b>	<b>24</b>
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>28</b>

# MAPA



# INTRODUÇÃO

Em julho e agosto de 2019, grande parte do mundo assistiu em choque enquanto áreas imensas da Amazônia brasileira ardiam em chamas. Vários fatores contribuíram para isso, mas a maioria desses incêndios fez parte de um processo mais amplo pelo qual a floresta amazônica é convertida ilegalmente em áreas de pastagem de bovinos. Dados do governo indicam que 63% da área desmatada da Amazônia brasileira entre 1988 e 2014 foi transformada em pasto.

A conversão da floresta tropical em área de pastagem na Amazônia brasileira geralmente segue um padrão recorrente: são identificados lotes de terra na floresta, as árvores são derrubadas e retiradas e em seguida são promovidas queimadas (em geral, várias vezes na mesma área), para posterior plantio de capim e então a introdução de bovinos. Esse processo frequentemente é realizado por criadores de bovinos, grileiros – indivíduos que se apropriam ilegalmente de terras, ou para uso próprio ou para venda a outros, com fins lucrativos – ou, ainda, por pessoas contratadas por eles.

Entre abril e agosto de 2019 a Anistia Internacional visitou duas reservas extrativistas e três terras indígenas na Amazônia brasileira: a Terra Indígena Manoki (no estado do Mato Grosso), as Terras Indígenas Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau (no estado de Rondônia) e as Reservas Extrativistas do Rio Jacy-Paraná e Rio Ouro Preto (também em Rondônia). A Anistia Internacional documentou bovinos pastando em todas as cinco áreas protegidas. A criação de bovinos em reservas extrativistas e terras indígenas é ilegal pelas leis brasileiras.

Desde a chegada ao poder do presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, alguns pecuaristas e grileiros intensificaram seus esforços para se apropriar ilegalmente de terras em áreas protegidas e criar bovinos nelas. Isso ficou evidente nos cinco locais visitados para esta pesquisa, na qual a Anistia Internacional documentou esforços recentes para expandir a pecuária bovina ilegal.

Os indicadores da expansão da atividade pecuária bovina ilegal diferem de um local a outro, mas incluem: a abertura de novos caminhos e estradas na floresta; desmate, queima e cercamento de áreas de floresta, e introdução de bovinos em novas áreas. Enquanto este relatório cobre apenas as cinco áreas visitadas, a Anistia Internacional está investigando a tendência mais ampla de intensificação da pressão sobre áreas protegidas devido à pecuária bovina ilegal.

A Constituição brasileira afirma o direito de todos a um meio ambiente equilibrado. A Constituição e as obrigações internacionais de direitos humanos do Brasil reconhecem os direitos dos povos indígenas e dos moradores de reservas extrativistas à terra, ao uso da terra e de seus recursos naturais. Apropriação ilegal de terras em reservas extrativistas e terras indígenas, inclusive para criar bovinos, constitui crime pela lei federal brasileira.

A Anistia Internacional também documentou o impacto da pecuária bovina ilegal sobre os meios de subsistência dos moradores das reservas extrativistas e das terras indígenas.

Em quatro das cinco áreas visitadas pela Anistia Internacional, as apropriações ilegais de terras foram acompanhadas por ameaças e atos de intimidação contra os que se opuseram à apropriação ilegal das terras, entre eles povos indígenas, moradores das reservas extrativistas e agentes governamentais encarregados de proteger o meio ambiente e as terras indígenas. A Anistia Internacional não documentou ameaças ou atos de intimidação recentes no quinto local (a Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná) porque quase todos os moradores já foram expulsos da reserva.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina, sendo seus principais mercados, em ordem de importância (em termos de volume de exportações em 2018) Hong Kong, China, Egito, União Europeia e Chile. Nos últimos anos, a indústria bovina brasileira se expandiu na região amazônica. Entre 2008 e 2018 o número

de bovinos na região amazônica – que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão – cresceu em um ritmo quase quatro vezes superior ao ritmo nacional (20,5% versus 5,5%). Em 2018 havia aproximadamente 86 milhões de bovinos na região amazônica – cerca de 40% do rebanho brasileiro total.

Agências estaduais do Mato Grosso e de Rondônia têm pleno conhecimento de que alguns pecuaristas criam bovinos em propriedades localizadas em reservas extrativistas e terras indígenas. Isso porque as leis estaduais obrigam os pecuaristas a cadastrar suas propriedades junto às agências de defesa sanitária animal. Nos dois estados, essas agências têm a obrigação de visitar as propriedades de criação de bovinos e registrar as coordenadas geográficas antes de confirmar o cadastro dos imóveis.

As agências estaduais também registram a movimentação de bovinos por meio de um documento intitulado Guia de Trânsito Animal (GTA), que contém informações sobre o pecuarista, a origem e o destino dos bovinos, o número de bovinos transportados e a finalidade declarada de seu deslocamento.

A Anistia Internacional considera que, quando agências estaduais de defesa sanitária animal registram propriedades e/ou emitem Guias de Trânsito Animal para a movimentação de bovinos mesmo a propriedade estando situada em uma reserva extrativista ou terra indígena, essas agências efetivamente facilitam a pecuária bovina ilegal. Por exemplo, a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, ou IDARON, emitiu Guias de Trânsito Animal para bovinos que ingressaram na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná e foram transportados entre propriedades localizadas no interior da reserva extrativista entre 2015 e julho de 2019.

Após pressão dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, autoridades adotaram posições contraditórias e inconsistentes sobre a emissão de Guias de Trânsito Animal para a movimentação de bovinos em áreas protegidas. A IDARON, por exemplo, informou ao Ministério Público Federal que suspenderia a emissão de Guias de Trânsito Animal para a entrada de bovinos na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto e na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Contudo, negou-se várias vezes a fazer o mesmo com relação à entrada de bovinos na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná, apesar das preocupações expressas pelo Ministério Público do Estado de Rondônia.

Apesar das agências estaduais possuírem informações importantes sobre bovinos, incluindo criação em áreas protegidas, há poucos dados sobre bovinos disponíveis ao público (como por exemplo o número de cabeças de boi e de propriedades em áreas protegidas, dados sobre o trânsito de bovinos entre fazendas e entre fazendas e frigoríficos) nos estados do Mato Grosso e Rondônia. Agências de defesa sanitária animal também se recusaram a fornecer acesso completo aos dados relativos à pecuária bovina em resposta a um pedido de informação com base na Lei de Acesso à Informação. As agências estaduais recusaram o pedido alegando que os dados incluem informações privadas. A Anistia Internacional considera o argumento desarrazoado, em vista do caráter criminoso da atividade pecuária em áreas protegidas. Essa falta de transparência enfraquece o direito do público de ter acesso a informações sobre governança e proteção indígena e ambiental.

Em julho de 2019 a Anistia Internacional enviou às agências de defesa sanitária animal de Rondônia e do Mato Grosso pedidos de informação sobre o número de cabeças de boi em áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação).

O governo do Mato Grosso se negou a disponibilizar os dados solicitados sobre o número de cabeças de boi em áreas protegidas. O governo de Rondônia forneceu informações mostrando que em novembro de 2018 havia quase 100 mil bovinos em mais de 700 propriedades nos quatro locais visitados pela Anistia Internacional em Rondônia (Terras Indígenas Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau e Reservas Extrativistas do Rio Ouro Preto e Rio Jacy-Paraná). No total, os dados oficiais recebidos da IDARON mostraram que havia na época quase 300 mil bovinos em terras indígenas e unidades de conservação.

A Anistia Internacional exorta o Brasil a pôr fim à pecuária bovina ilegal em áreas protegidas da região amazônica. As agências estaduais de defesa sanitária animal devem parar de efetivamente facilitar a criação de bovinos em áreas protegidas. Elas devem suspender o cadastro de propriedades situadas em áreas protegidas, impedir a entrada de bovinos nessas áreas e, em colaboração com os órgãos ambientais federais e estaduais, retirar os bovinos que se encontram ilegalmente em áreas protegidas.

Elas também devem disponibilizar ao público as informações sobre propriedades com criação de bovinos, os pecuaristas e o trânsito de bovinos. A IDARON deve adotar uma política de defesa sanitária animal que esteja alinhada com as leis e políticas públicas relativas à proteção ambiental e aos direitos indígenas, incluindo as recomendações feitas pelo Ministério Público de Rondônia. A agência de defesa sanitária animal do Mato Grosso deve investigar o número de bovinos e de propriedades com criação de bovinos em áreas protegidas e divulgar os resultados.

A Anistia Internacional insta as autoridades brasileiras a intensificar o monitoramento e a aplicação das leis de modo a proteger a maior floresta tropical do mundo contra a apropriação ilegal de terras, particularmente onde povos indígenas e populações tradicionais vivem da floresta. Elas também devem investigar e processar os responsáveis por ameaças e atos de intimidação contra as pessoas que protegem a floresta amazônica, incluindo povos indígenas, moradores de reservas extrativistas e agentes ambientais federais.

Este relatório faz parte de uma pesquisa em andamento sobre as consequências para os direitos humanos da pecuária bovina e do desmatamento ilegal na Amazônia brasileira, particularmente as violações cometidas contra povos indígenas e populações tradicionais que vivem da floresta.

# METODOLOGIA E TERMINOLOGIA

Entre abril e agosto de 2019, pesquisadores da Anistia Internacional visitaram cinco locais: as Terras Indígenas Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau e as Reservas Extrativistas do Rio Ouro Preto e do Rio Jacy-Paraná (no estado de Rondônia) e a Terra Indígena Manoki (no estado de Mato Grosso). A Anistia Internacional entrevistou ao todo 29 indígenas e moradores de reservas extrativistas.

A Anistia Internacional também entrevistou 22 especialistas, entre os quais procuradores, funcionários governamentais e representantes de organizações não governamentais.

Os nomes e outras informações dos entrevistados foram omitidos para proteger a privacidade e a segurança dos mesmos.

Em junho de 2019, a Anistia Internacional protocolou pedidos de informação sobre as Guias de Trânsito Animal emitidas entre janeiro de 2016 e maio de 2019 para as agências de defesa sanitária animal do Mato Grosso e de Rondônia. Ambos os governos estaduais se negaram a fornecer os dados solicitados alegando que os dados incluíam informações privadas.

A agência de defesa sanitária animal do Mato Grosso se negou a fornecer dados dizendo que o pedido “deve ser feito de forma oficial, devendo conter o nome do interessado, bem como a função que exerce, visto que as informações solicitadas podem expor os cidadãos em questão para fins comerciais”. A agência do Mato Grosso publica periodicamente em seu site dados parciais sobre os municípios de origem e destino, finalidade da movimentação e número de cabeças de boi transportados de cada Guia de Trânsito Animal. Em resposta ao pedido da Anistia Internacional, a agência de Rondônia forneceu dados parciais sobre os municípios de origem e destino, além da finalidade do transporte dos animais e do número de bovinos transportados de cada Guia de Trânsito Animal.

Em julho de 2019 a Anistia Internacional também enviou pedidos de informação às agências de defesa sanitária animal do Mato Grosso e de Rondônia relativos ao número de bovinos e de propriedades com bovinos em cada área protegida, incluindo terras indígenas e unidades de conservação. A agência de Rondônia forneceu as informações solicitadas. A Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso rejeitou o pedido.

A Anistia Internacional analisou a legislação federal e as leis do Mato Grosso e de Rondônia. Também analisou investigações oficiais, processos judiciais e imagens de satélite das áreas visitadas para a pesquisa.

Certos termos empregados neste relatório possuem significados específicos que necessitam ser esclarecidos:

O termo “região amazônica” diz respeito à Amazônia legal conforme é definida pela legislação brasileira, que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.<sup>1</sup>

O termo “grileiros” se refere a indivíduos que se apropriam ilegalmente de terras. Eles geralmente utilizam as terras em benefício próprio ou vendem a terceiros.

---

<sup>1</sup> Artigo 2 da Lei Federal 5.173/1966; artigo 45 da Lei Federal Complementar 31/1977.

O termo “Reserva Extrativista” descreve um tipo de unidade de conservação. A finalidade da criação dessas reservas é proteger os meios de vida e a cultura de suas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais na área protegida.<sup>2</sup>

Os moradores dessas reservas são descritos como “populações tradicionais”. Populações tradicionais vivem principalmente de atividades sustentáveis como a extração de borracha e a colheita de recursos naturais, incluindo frutos silvestres. A Constituição brasileira protege as populações tradicionais, seu modo de vida tradicional e seus direitos à terra, ao uso dela e aos recursos naturais.<sup>3</sup> As populações tradicionais das reservas extrativistas visitadas pela Anistia Internacional não se consideram indígenas.

O termo “Áreas Protegidas” significa áreas que recebem proteção legal especial. Elas abrangem terras indígenas, reservas extrativistas e outros tipos de unidades de conservação.

Salvo indicação contrária, os termos “recente” e “novo” dizem respeito a fatos ocorridos em 2019.

Foi utilizada a taxa de conversão de câmbio de US\$1=R\$4,00, a taxa de câmbio aproximada vigente quando a pesquisa foi realizada.

---

<sup>2</sup> Artigo 18 da Lei Federal 9.985/2000.

<sup>3</sup> Artigos 215 e 216 da Constituição do Brasil.

# CONTEXTO

Desde que o presidente Jair Bolsonaro chegou ao poder o desmatamento da Amazônia aumentou, especialmente em áreas protegidas. A organização não governamental Imazon registrou a perda de 4.234km<sup>2</sup> de floresta na região amazônica entre janeiro e agosto de 2019, um aumento de 8,2% em relação ao mesmo período de 2018.<sup>4</sup> As terras indígenas e unidades de conservação na região amazônica têm sido especialmente afetados. As terras indígenas perderam 220km<sup>2</sup> de cobertura florestal (um aumento de 106,8% em relação ao mesmo período de 2018), e as unidades de conservação perderam 836km<sup>2</sup> (16,2% a mais que no mesmo período de 2018).<sup>5</sup>

As queimadas, frequentemente promovidas para converter a floresta em pastagem, também aumentaram em terras indígenas em 2019. Segundo dados oficiais, o número de focos de incêndio em terras indígenas na Amazônia nos nove primeiros meses de 2019 foi o mais alto desde 2011 e dobrou comparado ao mesmo período de 2018.<sup>6</sup>

Em boa parte da Amazônia brasileira o desmatamento e as queimadas fazem parte de um processo mais amplo de conversão da floresta em áreas de pastagem para bovinos. A expansão da atividade pecuária bovina tem sido a principal causa do desmatamento na Amazônia. Dados oficiais revelam que 63% da área desmatada entre 1988 e 2014 foi convertida em áreas de pastagem para bovinos. A área desmatada total convertida em pasto ao longo desses anos chega a 479.760km<sup>2</sup>.<sup>7</sup>

O Brasil possui mais cabeças de boi que qualquer outro país do mundo. Em 2018 havia 215 milhões de bovinos espalhados por 162 milhões de hectares (19% da área do país). No mesmo ano, a indústria da pecuária de corte foi responsável por 8,7% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, com um valor de R\$597 bilhões (US\$149 bilhões). O Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina. Cerca de 20% da carne que o país produziu em 2018 foi exportada, sendo seus destinos principais (em ordem de importância) Hong Kong, China, Egito, União Europeia e Chile.<sup>8</sup>

A expansão da pecuária bovina na região amazônica promoveu o crescimento do setor pecuário brasileiro. Entre 2008 e 2018 o número de bovinos na região amazônica aumentou 20,5%, enquanto o número de bovinos em todo o país subiu 5,5%. Em 2018 o número de cabeças de bovinos na região amazônica chegou a 86,2 milhões, sendo responsável por cerca de 40% do total brasileiro.<sup>9</sup>

Leis estaduais preveem que as propriedades de bovinos e pecuaristas sejam cadastrados junto às agências de defesa sanitária animal.<sup>10</sup> Depois que os pecuaristas solicitam o cadastro, funcionários das agências estaduais visitam as propriedades para confirmar as informações fornecidas e avaliar o cumprimento da

---

<sup>4</sup> Dados calculados com base no Sistema de Alerta de Desmatamento da Imazon, publicado mensalmente pela organização não governamental Imazon, <https://imazon.org.br/>

<sup>5</sup> Dados fornecidos pela organização não governamental Imazon a pedido da Anistia Internacional.

<sup>6</sup> Carolina Dantas, "Terras indígenas na Amazônia têm maior número de queimadas desde 2011; focos dobram em relação a 2018", *G1*, 10 de outubro de 2019, <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/10/10/terras-indigenas-na-amazonia-tem-maior-numero-de-queimadas-desde-2011-focos-dobram-em-relacao-a-2018.ghtml>

<sup>7</sup> A vegetação secundária e a agricultura anual respondem por 22,8% e 5,9%. INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), "TerraClass 2004 a 2014: Dinâmica do uso e cobertura da terra no período de 10 anos nas áreas desflorestadas da Amazônia Legal Brasileira", 5 de maio de 2016, [http://www.inpe.br/cra/projetos\\_pesquisas/arquivos/TerraClass\\_2014\\_v3.pdf](http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/arquivos/TerraClass_2014_v3.pdf)

<sup>8</sup> Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), "Beef Report – Brazilian Livestock Profile 2019" (Relatório da Carne – Perfil do Gado Brasileiro 2019), 2019, <http://www.brazilianbeef.org.br/download/sumarioingles2019.pdf>

<sup>9</sup> IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), "Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM",

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=series-historicas>

<sup>10</sup> Artigo 33 do decreto 1.260/2017 do Mato Grosso; artigo 3 da Lei 982/2001 de Rondônia; artigo 6 do decreto 9.735/2001 de Rondônia.

legislação, antes de validar o cadastro.<sup>11</sup> As autoridades também registram as coordenadas geográficas das propriedades com criação de bovinos.<sup>12</sup>

Agências estaduais de defesa sanitária animal também controlam a movimentação de bovinos por meio da emissão das Guias de Trânsito Animal, conhecidas como GTAs, que trazem detalhes sobre a movimentação dos bovinos, incluindo sua origem, destino, número de bois transportados, finalidade alegada do transporte e vacinação de bovinos contra doenças animais, como a febre aftosa e a brucelose.<sup>13</sup>

A emissão da Guia de Trânsito Animal é obrigatória para qualquer movimentação de bovinos e os destinatários têm a obrigação de informar as autoridades veterinárias após a chegada dos animais. O descumprimento dessas obrigações sujeita o pecuarista a uma penalidade.<sup>14</sup> Os funcionários das agências de defesa sanitária animal têm o poder de fiscalizar propriedades com criação de bovinos, veículos de transporte de bovinos e frigoríficos.<sup>15</sup>

Pesquisa publicada pela organização não governamental Trase vinculou as exportações brasileiras de carne bovina ao desmatamento de 65 mil a 75 mil hectares de floresta por ano.<sup>16</sup> A pesquisa estimou que o desmatamento associado às exportações de carne bovina da região amazônica nos três anos entre 2015 e 2017 correspondeu a aproximadamente 179 mil hectares.<sup>17</sup>

A criação de bovinos é ilegal em reservas extrativistas e terras indígenas.<sup>18</sup> A Constituição do Brasil afirma os direitos exclusivos dos povos indígenas a seus territórios tradicionais e sua liberdade de gerir os recursos naturais existentes neles.<sup>19</sup> A Constituição e a legislação brasileira também reconhecem os direitos das populações tradicionais a seus territórios, ao uso da terra e dos recursos naturais e a seu modo de vida tradicional.<sup>20</sup>

Desde 2009 a estratégia empregada pelo Brasil para combater o desmatamento ilegal ligado à atividade pecuária bovina foca no papel das empresas que compram bois de propriedades na região amazônica, abatem os animais e vendem carne bovina nos mercados interno e internacional. Desde 2009 o Ministério Público Federal vem firmando acordos com frigoríficos na região amazônica.

O objetivo dos acordos é eliminar o desmatamento da cadeia de valor da pecuária bovina, obrigando os frigoríficos a monitorar sua cadeia de valor e responsabilizando-os quando eles violam os acordos. Como parte desses acordos, as empresas se comprometeram a abster-se de comprar bovinos de propriedades envolvidas com o desmatamento ilegal e situadas em áreas protegidas da região amazônica. Os acordos também proíbem a compra de bovinos de propriedades cujos empregados estão sujeitos a condições semelhantes à escravidão, entre outras obrigações.<sup>21</sup>

Pesquisadores identificaram os principais obstáculos que limitam a efetividade desses acordos. Primeiramente, a maioria dos frigoríficos não monitora seus fornecedores indiretos. Em outras palavras, a maioria dos frigoríficos monitora unicamente as propriedades que lhes fornecem o gado diretamente, mas não aquelas em que os bovinos podem ter pastado antes de serem transportados para as fazendas finais.<sup>22</sup>

Em segundo lugar, alguns pecuaristas contornam os acordos com práticas conhecidas amplamente como lavagem de gado.<sup>23</sup> Por exemplo, os pecuaristas podem usar documentos de uma propriedade em situação regular para vender cabeças de boi criadas numa fazenda em situação irregular, ou os donos de uma

---

<sup>11</sup> Artigos 38, 39 do Decreto 1.260/2017 do Mato Grosso; artigo 4 da Portaria nº 71/2015/IDARON/PR-GAB, da IDARON.

<sup>12</sup> Artigo 4 do Decreto 1.260/2017 do Mato Grosso; artigo 4 da Portaria nº 71/2015/IDARON/PR-GAB, da IDARON.

<sup>13</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “Guia de Trânsito Animal”, [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/saude-animale-vegetal/saude-animale/transito-animale/arquivos-transito-internacional/ModelodeANIMAL\\_TRANSPORT\\_PERMIT.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/saude-animale-vegetal/saude-animale/transito-animale/arquivos-transito-internacional/ModelodeANIMAL_TRANSPORT_PERMIT.pdf)

<sup>14</sup> Artigos 3, 6, 16 da Lei nº 982/2001 de Rondônia; artigo 127 do Decreto 9.735/2001 de Rondônia; artigos 34, 37 da Lei 10.486/2016 de Mato Grosso; artigos 6, 16 da Lei nº 982/2001 de Rondônia; artigo 127 do Decreto 9.735/2001 de Rondônia; artigos 15, 16, 34 da Lei 10.486/2016 de Mato Grosso.

<sup>15</sup> Artigo 7 da Lei 10.486/2016 do Mato Grosso; artigo 2 da Lei 982/2001 de Rondônia.

<sup>16</sup> Trase, “Tracking cattle deforestation risk in the Amazon and the Cerrado – a breakthrough in transparency”, 17 de setembro de 2019, <https://medium.com/trase/tracking-cattle-deforestation-risk-in-the-amazon-and-the-cerrado-a-breakthrough-in-transparency-d0eefad316f7>

<sup>17</sup> Trase, Trase dataset, <https://trase.earth/flows?selectedContextId=6&isMapVisible=true&selectedBasemap=default>

<sup>18</sup> Artigo 18 da Lei Federal 9.985/2000; artigo 231 da Constituição do Brasil; Decreto Federal 6.040/2007.

<sup>19</sup> Artigo 231 da Constituição do Brasil.

<sup>20</sup> Artigos 215, 216 da Constituição do Brasil.

<sup>21</sup> Ministério Público Federal, “MPF, governo e setor pecuarista assinam acordo no Pará”, 8 de julho de 2009, <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-governo-e-setor-pecuarista-assinam-acordo-no-para>

<sup>22</sup> Paulo Barreto *et al.*, “Will meat-packing plants help halt deforestation in the Amazon?”, *Imazon e Instituto Centro da Vida*, 2017, <https://imazon.org.br/en/will-meat-packing-plants-help-halt-deforestation-in-the-amazon/>

<sup>23</sup> Paulo Barreto *et al.*, “Will meat-packing plants help halt deforestation in the Amazon?”, *Imazon e Instituto Centro da Vida*, 2017, <https://imazon.org.br/en/will-meat-packing-plants-help-halt-deforestation-in-the-amazon/>

fazenda embargada podem arrendar sua propriedade a outros produtores que podem utilizar seus próprios documentos de identificação para vender as cabeças de boi que estiveram em propriedades embargadas.<sup>24</sup>

Em terceiro lugar, alguns frigoríficos não assinaram o acordo e continuam a comprar gado criado em áreas ilegalmente desmatadas. Em 2017, pesquisadores constataram que os frigoríficos que não assinaram os acordos respondiam por 30% da capacidade de abate na região amazônica.<sup>25</sup>

Pesquisadores também destacaram que a fiscalização da cadeia de valor da pecuária bovina é limitada pela recusa das autoridades federais e estaduais em permitir o acesso público a informações sobre a movimentação de bovinos e informações ambientais, como o Cadastro Ambiental Rural.<sup>26</sup>

Em abril de 2018 o Ministério Público Federal recomendou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) inspecionasse 47 frigoríficos que não firmaram os acordos.<sup>27</sup> Mídia nacional noticiou que o IBAMA não conseguiu obter dados das Guias de Trânsito Animal sobre os 47 frigoríficos das agências estaduais de defesa sanitária animal da região (estados do Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, Amazonas, Acre e Tocantins). Segundo a imprensa, um estado respondeu que não forneceria os dados solicitados devido à ausência de base legal para isso, enquanto sete outros estados simplesmente não responderam à solicitação.<sup>28</sup>

O Ministério Público Federal considera que o acesso a informações sobre o transporte de bovinos é indispensável para garantir que a indústria da pecuária bovina respeite as leis ambientais e sociais. Por exemplo, em novembro de 2015, o Ministério Público Federal recomendou que o Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso, o INDEA, divulgasse dados sobre as Guias de Trânsito Animal, incluindo origem, destino e endereços.<sup>29</sup>

---

<sup>24</sup> Um embargo é uma sanção legal que visa prevenir dano adicional ao meio ambiente e recuperar a vegetação natural. Artigo 108 do Decreto Federal 6.514/2008.

<sup>25</sup> Paulo Barreto *et al.*, "Will meat-packing plants help halt deforestation in the Amazon?", *Imazon e Instituto Centro da Vida*, 2017, <https://imazon.org.br/en/will-meat-packing-plants-help-halt-deforestation-in-the-amazon/>. Em 2017 a ONG Greenpeace, que também assinara acordos com os três maiores frigoríficos brasileiros para limitar a derrubada de florestas em suas cadeias de fornecimento, suspendeu sua participação nos acordos. A decisão da ONG decorreu de escândalos de corrupção envolvendo o setor pecuarista e reveses ambientais. Greenpeace Brasil, "Após escândalos, Greenpeace suspende participação no Compromisso da Pecuária", 6 de junho de 2017, <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/apos-escandalos-greenpeace-suspende-participacao-no-compromisso-da-pecuaria/>

<sup>26</sup> Paulo Barreto *et al.*, "Will meat-packing plants help halt deforestation in the Amazon?", *Imazon e Instituto Centro da Vida*, 2017, <https://imazon.org.br/en/will-meat-packing-plants-help-halt-deforestation-in-the-amazon/>. O CAR é um banco de dados eletrônico obrigatório de propriedades rurais, introduzido pela Lei Federal 12.651/2012. Ele inclui informações sobre o dono da propriedade, mapas da mesma, sua localização e outros dados ambientais.

<sup>27</sup> Ministério Público Federal, "MPF cobra fiscalização em frigoríficos que não apresentaram política de controle da origem dos produtos de seus fornecedores", 21 de maio de 2018, <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-cobra-fiscalizacao-em-frigorificos-que-nao-apresentaram-politica-de-controle-da-origem-dos-produtos-de-seus-fornecedores>

<sup>28</sup> Diego Junqueira, "Estados dificultam fiscalização do IBAMA em frigoríficos da Amazônia", *R7*, 14 de julho de 2018, <https://noticias.r7.com/brasil/estados-dificultam-fiscalizacao-do-ibama-em-frigorificos-da-amazonia-14072018>

<sup>29</sup> Ministério Público Federal do Mato Grosso, "Recomendação nº 45/2015", 12 de novembro de 2015, <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/amazonia-legal/transparencia-das-informacoes-ambientais/docs-recomendacoes/RecomendaoINDEA.pdf/view>. Recomendações são lançadas pelo Ministério Público para orientar os órgãos públicos sobre a adoção de medidas concretas para cumprir a legislação. Os órgãos públicos não são obrigados a seguir a recomendação, mas a omissão nesse sentido pode ser um fator levado em conta numa decisão do MP de mover uma ação legal contra o órgão. Ministério Público Federal, "Recomendações Expedidas", <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/atividade-fim/recomendacoes-expedidas>

# RESULTADOS: PRESSÃO CRESCENTE PARA CRIAR BOVINOS EM ÁREAS PROTEGIDAS

Através de um pedido de informação, baseado na Lei de Acesso à Informação, a Anistia Internacional obteve dados da agência de defesa sanitária animal de Rondônia, IDARON, sobre o número de cabeças de boi em áreas protegidas do estado de Rondônia em novembro de 2018.<sup>30</sup> Segundo os dados da IDARON, havia mais de 295 mil cabeças de bovinos em terras indígenas e unidades de conservação em Rondônia na época. Esse total incluiu mais de 98 mil cabeças de bovinos espalhadas por 717 propriedades nas quatro áreas protegidas visitadas pela Anistia Internacional no estado.

Entre julho e setembro de 2019, a Anistia Internacional fez o mesmo pedido de informação sobre o número de bovinos em áreas protegidas para a agência de defesa sanitária animal do Mato Grosso, INDEA, em quatro ocasiões. Todos os quatro pedidos foram recusados com base em argumentos distintos e contraditórios. O primeiro pedido foi recusado devido à falta de identificação do solicitante, embora a plataforma online oficial de acesso à informação do governo do Mato Grosso permita o envio de um pedido de informação anônimo.<sup>31</sup> A segunda resposta argumentou que a informação poderia ser providenciada “mediante requerimento padrão, com os dados do solicitante e devida representatividade legal para tal”.

Quando fez a terceira solicitação, a Anistia Internacional pediu uma explicação sobre o que significa um requerimento padrão, dado que a solicitação havia sido enviada por meio da plataforma online oficial de acesso à informação do governo do Mato Grosso.<sup>32</sup> Em resposta, a Ouvidoria do governo do Mato Grosso recusou o pedido e argumentou que o INDEA não intervém em terras indígenas e unidades de conservação nem possui competência para cadastrar propriedades de criação de bovinos localizadas em terras indígenas. A Anistia Internacional enviou uma quarta solicitação destacando a resposta dada pelo INDEA à segunda solicitação, segundo a qual a informação poderia ser fornecida. Apesar disso, a Controladoria Geral do Estado do Mato Grosso novamente recusou o pedido de informação.

A Anistia Internacional documentou a presença de bovinos em todos os cinco locais abrangidos nesta pesquisa. A Anistia Internacional constatou que durante 2019 pecuaristas realizaram atividades para expandir suas propriedades ilegais de criação de bovinos nos cinco locais. Os indícios de expansão incluem a abertura de novos caminhos e estradas, a derrubada de árvores, a limpeza de áreas de floresta, a realização de queimadas, o cercamento de áreas e a introdução de bovinos em novas áreas.

Os resultados principais encontrados nos cinco locais investigados incluem:

---

<sup>30</sup> Segundo a IDARON, os dados foram coletados durante a 45ª campanha de vacinação contra a febre aftosa, promovida em outubro e novembro de 2018.

<sup>31</sup> Controladoria Geral do Estado do Mato Grosso, “Fale Cidadão”, <http://ouvidoria.controladoria.mt.gov.br/falecidadao/>

<sup>32</sup> Controladoria Geral do Estado do Mato Grosso, “Fale Cidadão”, <http://ouvidoria.controladoria.mt.gov.br/falecidadao/>

- A Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná contém o maior número de bovinos dos quatro locais visitados em Rondônia. Os dados da IDARON aos quais a Anistia Internacional teve acesso citam a presença de 83.642 cabeças de boi e 540 propriedades dentro da reserva extrativista em novembro de 2018. Imagens de satélite feitas em 9 de setembro de 2019 documentaram bovinos pastando perto de uma área recém-desmatada e queimada dentro da reserva extrativista.
- Em 23 de agosto de 2019, a Anistia Internacional testemunhou um foco de incêndio na Terra Indígena Manoki (no estado de Mato Grosso). A área em chamas havia sido cercada anteriormente. Lideranças do povo Manoki disseram à Anistia Internacional suspeitar que o fogo havia sido ateadado intencionalmente como parte do processo de criação de uma nova área de pastagem para bovinos. Os pesquisadores da Anistia Internacional observaram bovinos dentro da área cercada.
- Em julho de 2019, a Anistia Internacional observou quatro propriedades com bovinos na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Dados obtidos da IDARON destacaram a presença de 13.245 bovinos em 161 propriedades em novembro de 2018. Imagens de satélite feitas em 22 de novembro de 2019 documentaram bovinos pastando e uma área recentemente queimada dentro da reserva extrativista.
- Segundo dados da IDARON, em novembro de 2018 havia 1.310 bovinos em 15 propriedades na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Agentes ambientais federais disseram à Anistia Internacional que as apropriações ilegais de terras para a criação de bovinos se intensificaram desde janeiro de 2019. Eles descreveram estradas recentemente abertas e áreas recentemente plantadas com capim.
- Um laudo de perícia criminal, de julho de 2019, declarou que o desmatamento recente e a construção de novas estradas na Terra Indígena Karipuna constituem indícios de apropriações de terras e conversão de floresta em áreas destinadas à agropecuária. Um representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) disse à Anistia Internacional que a FUNAI identificou propriedades vizinhas que começaram recentemente a plantar capim e criar bovinos em áreas dentro da Terra Indígena Karipuna.<sup>33</sup>

A atividade pecuária ilegal em reservas extrativistas e terras indígenas impacta os meios de subsistência tradicionais dos habitantes dessas áreas. As populações tradicionais e os povos indígenas descreveram para a Anistia Internacional a importância da floresta amazônica para seu meio de vida e falaram como a criação ilegal de bovinos em suas áreas protegidas leva à perda de seus meios de subsistência.

As invasões em áreas protegidas muitas vezes são acompanhadas por ameaças e atos de intimidação contra as pessoas que defendem as áreas protegidas. Em quatro locais visitados pela Anistia Internacional (as Terras Indígenas Manoki, Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau e a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto), dez líderes indígenas, moradores de Reservas e agentes ambientais federais disseram à Anistia Internacional que receberam ameaças e/ou sofreram atos de intimidação em 2019.

A Anistia Internacional não documentou ameaças ou intimidações recentes no quinto local visitado, a Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná, porque a maioria dos moradores da reserva foi expulsa à força por pecuaristas e grileiros nos últimos anos. A Anistia Internacional conversou com antigos moradores da Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná que ainda têm medo de voltar para os locais onde viviam na reserva extrativista.

Além dos cinco locais cobertos na pesquisa, há relatos recentes de apropriações ilegais de terras para criação de bovinos em outras áreas protegidas da região amazônica. Eles incluem:

- Em julho de 2019, no estado de Rondônia, autoridades estaduais encontraram 300 bovinos e 351 hectares de floresta recém-derrubada dentro do parque estadual de Guajará-Mirim;<sup>34</sup>
- Em agosto de 2019, no estado do Pará, líderes indígenas Xikrin denunciaram ao Ministério Público Federal que foram ameaçados por um grupo de aproximadamente 300 invasores que estavam ilegalmente se apropriando de terras, fazendo pastos e construindo casas dentro da Terra Indígena Trincheira-Bacajá;<sup>35</sup>

<sup>33</sup> A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) é o órgão federal brasileiro encarregado da coordenação e implementação da política indígena nacional. Seu objetivo é a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas do Brasil. FUNAI, <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>

<sup>34</sup> Fabiano do Carmo, "Polícia abre inquérito para apurar danos ambientais em reserva de Nova Mamoré", *G1 Guajará-Mirim e Região*, 29 de julho de 2019, <https://g1.globo.com/ro/guajara-mirim-regiao/noticia/2019/07/29/policia-abre-inquerito-para-apurar-danos-ambientais-em-reserva-de-nova-mamore-ro.ghtml>

<sup>35</sup> Ministério Público Federal no Pará, "MPF pede ação urgente da Polícia Federal para evitar ataque de pistoleiros aos indígenas Xikrin em Altamira (PA)", 27 de agosto de 2019, <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-impressao/noticias-pa/mpf-pede-acao-urgente-da-policia-federal-para-evitar-ataque-de-pistoleiros-aos-indigenas-xikrin-em-altamira-pa>

- Em agosto de 2019, no estado de Mato Grosso, o IBAMA e a FUNAI encontraram mais de 4.000 cabeças de bovinos em duas propriedades dentro dos limites da Terra Indígena Pequizal do Naruvotu.<sup>36</sup>

## RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO JACY-PARANÁ

A Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná abrange uma área de 197 mil hectares. Foi criada em 1996 pelo governo estadual de Rondônia. A reserva ocupa uma área que abrange partes dos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Buritit, em Rondônia. Seus moradores tradicionais viviam da pesca, colheita de castanha, extração do óleo de copaíba e plantio de mandioca.

Desde os anos 2000, a reserva extrativista é alvo de um processo intenso de apropriação ilegal de terra para a expansão de propriedades para criação de bovinos. As áreas cobertas com pasto dentro da Reserva passaram de 342 hectares no ano 2000 para 105 mil hectares em 2018, mais da metade da área da reserva extrativista.<sup>37</sup>

Segundo dados da IDARON, em novembro de 2018 havia mais de 83 mil bovinos em 540 propriedades na reserva extrativista.

Os desmatamentos e queimadas recentes são indícios da expansão contínua de apropriações ilegais de terras para criação de bovinos dentro da Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná. A organização não governamental Imazon registrou a perda de 45,17km<sup>2</sup> de floresta nos primeiros oito meses de 2019, um aumento de 4,3% em relação ao mesmo período de 2018.<sup>38</sup>

Imagens de satélite analisadas pela Anistia Internacional mostram bois pastando em áreas recentemente desmatadas e queimadas na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná em agosto e setembro de 2019. Em uma das imagens, é possível ver a fumaça de uma queimada recente, além de bovinos pastando perto de uma área recentemente queimada. Sensores ambientais de satélites da NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos Estados Unidos da América) detectaram focos de incêndio alguns dias antes de algumas das imagens serem captadas.



Imagem de satélite de 6 de agosto de 2019 mostra bovinos pastando perto e sobre solo queimado na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná. Sensores ambientais de satélites da NASA detectaram incêndios nesta área em 4 de agosto de 2019.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis), "Ibama identifica atividades ilegais em Terra Indígena durante ação de prevenção a incêndios florestais", 15 de agosto de 2019, <http://www.ibama.gov.br/noticias/730-2019/1997-ibama-identifica-atividades-ilegais-em-terra-indigena-durante-acao-de-prevencao-a-incendios-florestais>

<sup>37</sup> Mapbiomas, <http://plataforma.mapbiomas.org/map#coverage>

<sup>38</sup> Dados fornecidos pela ONG Imazon a pedido da Anistia Internacional.

<sup>39</sup> NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço) NRT VIIRS 375 m Active Fire product VNP14IMG. Disponível online [<https://earthdata.nasa.gov/firms>]. Doi: 10.5067/FIRMS/VIIRS/VNP14IMG.NRT.001



Imagem de satélite de 9 de setembro de 2019 mostra cerca de 15 bovinos pastando perto de uma área de floresta recém-derrubada e queimada dentro da Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná. Na imagem, é possível ver a fumaça da queimada recente. Sensores ambientais de satélites da NASA detectaram focos de incêndio na área em 8 de setembro de 2019.<sup>40</sup>



Imagem de satélite de 9 de setembro de 2019 mostra bovinos pastando em uma grande área desmatada ao lado de uma área de floresta na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná.

<sup>40</sup> NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço) NRT VIIRS 375 m Active Fire product VNP14IMG. Disponível online [https://earthdata.nasa.gov/firms]. Doi: 10.5067/FIRMS/VIIRS/VNP14IMG.NRT.001

As apropriações de terra constituem despejos forçados de moradores tradicionais. Segundo entrevista feita pela Anistia Internacional em outubro de 2019 com um antigo morador da área, restam na reserva extrativista apenas três pessoas entre as cerca de 60 famílias que antigamente viviam na reserva extrativista.<sup>41</sup> Em 2005, o representante da reserva extrativista denunciou ao Secretário Estadual de Desenvolvimento Ambiental que grileiros queimaram casas de moradores.<sup>42</sup>

Em julho de 2019 um homem na casa dos 40 anos, antigo morador da Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná, disse à Anistia Internacional que tem medo de voltar para sua casa na Reserva desde que ele e seus familiares foram expulsos à força por um grupo de homens armados em 2017. Ele disse: “Não tem como voltar lá. Tem gente morando lá. Eu não quero conversa com eles. Se alguém for para lá, vai morrer. Eles matam.”<sup>43</sup>

Ele contou à Anistia Internacional como perdeu seus meios de subsistência devido ao despejo forçado: “Antes a gente extraía o óleo de copaíba, agora não temos mais. Meu sogro colhia castanha, plantava mandioca. Agora não dá mais para andar no meio da mata”.<sup>44</sup>

Outra antiga moradora, com cerca de 40 anos de idade, falou à Anistia Internacional que, em duas visitas que fez à reserva extrativista no final de agosto e início de outubro de 2019, viu áreas queimadas e desmatamento: “Nossa reserva está muito desmatada. Queimaram a floresta inteira. É triste de se ver. Daqui a pouco vamos ver gado ali, porque estão plantando capim. Não vamos mais ver floresta”.<sup>45</sup>

## TERRA INDÍGENA MANOKI

A Terra Indígena Manoki cobre 252 mil hectares no município de Brasnorte, no Mato Grosso. Em 2008, o Ministério da Justiça do Brasil definiu os limites da Terra Indígena Manoki e a declarou posse permanente do povo Manoki, reconhecendo o direito dos Manoki ao uso exclusivo dos recursos do solo, rios e lago situados dentro dos limites do território.<sup>46</sup>

Dois anos mais tarde, as autoridades realizaram a demarcação física do território, mas os marcos foram posteriormente danificados ou arrancados.<sup>47</sup> De acordo com a legislação federal, o passo seguinte no processo de demarcação é a homologação feita pelo presidente brasileiro, confirmando a demarcação da Terra Indígena Manoki.<sup>48</sup> Um líder Manoki disse à Anistia Internacional que a homologação vai deixar mais claro que o território pertence ao povo Manoki.<sup>49</sup> Contudo, o presidente Bolsonaro já afirmou em diversas ocasiões que não vai demarcar terras indígenas.<sup>50</sup> Em agosto de 2019, um líder Manoki disse à Anistia Internacional que pecuaristas já contestaram na justiça a demarcação da Terra Indígena Manoki.<sup>51</sup>

Em agosto de 2019, a Anistia Internacional observou bovinos em pelo menos seis locais diferentes da Terra Indígena Manoki. Em 23 de agosto de 2019, a Anistia Internacional estava fazendo pesquisa de campo e testemunhou um incêndio dentro da Terra Indígena Manoki. A área em chamas havia sido cercada anteriormente. Líderes Manoki disseram à Anistia Internacional suspeitar que o incêndio foi ateadado para dar lugar a uma área de pastagem para bovinos.<sup>52</sup> A Anistia Internacional observou bovinos dentro da área cercada.

Em agosto de 2019, um líder do povo Manoki disse à Anistia Internacional que, desde janeiro de 2019, há uma intensificação dos esforços para ocupar áreas dentro do Terra Indígena Manoki. Ele descreveu novas placas com nomes de fazendas, novas estradas abertas, novas áreas de pastagem e cercas construídas, além da reocupação de propriedades que haviam sido anteriormente abandonadas por fazendeiros. Ele

<sup>41</sup> Entrevista com Sara, Porto Velho, 13 de outubro de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>42</sup> Grupo de Trabalho Amazônico – GTA Rondônia, “O fim da floresta? A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia”, June 2008, [https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/O\\_fim\\_da\\_floresta.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/O_fim_da_floresta.pdf)

<sup>43</sup> Entrevista com Abelardo, Porto Velho, 20 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>44</sup> Entrevista com Abelardo, Porto Velho, 20 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>45</sup> Entrevista com Sara, Porto Velho, 20 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>46</sup> Ministério da Justiça, ‘Portaria Declaratória 1.429/2008’, 4 de agosto de 2008.

<sup>47</sup> Anna Beatriz Anjos, “Índios Manoki lutam por território invadido por fazendas”, *A Pública*, 21 de março de 2018, <https://apublica.org/2018/03/indios-manoki-lutam-por-territorio-invadido-por-fazendas/>

<sup>48</sup> Decreto Federal nº 1.775/1996.

<sup>49</sup> Entrevista com Apoema, Brasnorte, 24 de agosto de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>50</sup> Joelmir Tavares, “‘Quem manda sou eu’, diz Bolsonaro sobre criação de novas terras indígenas”, *Folha de S. Paulo*, 20 de junho de 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/quem-manda-sou-eu-diz-bolsonaro-sobre-criacao-de-novas-terras-indigenas.shtml>; Andréia Verdélio, “Bolsonaro diz que não fará demarcação de terras indígenas”, *Agência Brasil*, 16 de agosto de 2019, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas>

<sup>51</sup> Entrevista com Apoema, Brasnorte, 24 de agosto de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>52</sup> Entrevistas com Apoema e Sami, Brasnorte, 23 e 24 de agosto de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

mostrou à Anistia Internacional quatro locais diferentes onde ele disse que bovinos foram introduzidos desde janeiro de 2019. Ele acrescentou que bovinos também foram introduzidos em outras áreas.<sup>53</sup>

Ele também manifestou sua frustração com a redução da fiscalização governamental em 2019:

**Estou revoltado porque eles vão tocando fogo na mata virgem e acredito que os órgãos têm acesso a essas informações de onde está pegando fogo. Se não somos nós que vamos lá, correndo risco, fazendo monitoramento, eles não fazem. Eles tem todas as ferramentas para fiscalizar, é dever deles, mas parece que nós somos os únicos preocupados.<sup>54</sup>**

Ele descreveu que foi confrontado e intimidado quando tirava fotos do incêndio:

**Vi umas oito pessoas de moto. Eles se apresentaram como moradores locais, mas eu nunca tinha visto nenhum deles. Um deles perguntou o que eu estava fazendo ali. Ele falou “você não tem nada para fazer aqui! E essas fotos? Você não tem nada que ficar tirando fotos!” ... Depois que entramos no carro, pensamos que eles iriam embora, mas foram nos seguindo, nos passaram e tiraram fotos da gente, como se estivessem marcando a gente.**

Um homem Manoki de 30 e poucos anos falou à Anistia Internacional sobre os impactos da conversão da floresta em pastagem para bovinos sobre a subsistência de seu povo:

**Quando vim para cá com uns 20 anos, tudo era mato. Para nós, é importante ver a floresta em pé, preservar, porque tiramos nossa subsistência da natureza. Aqui [na área com propriedades de gado cercadas] você não vai encontrar um animal. Nosso alimento [animais e frutos] não vai se reproduzir nessa área.<sup>55</sup>**



*Imagem registrada com drone da Terra Indígena Manoki, no estado do Mato Grosso, agosto de 2019. © Marizilda Cruppe*

## RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO

A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto foi criada em 1990, abrangendo uma área de 204 mil hectares nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, no estado de Rondônia. Quase 500 pessoas vivem na reserva extrativista, em 12 comunidades. Elas vivem de diferentes atividades, incluindo a colheita da castanha, do açaí, o plantio de café orgânico e mandioca e artesanato. Até novembro de 2019, um projeto de lei estava

<sup>53</sup> Entrevista com Apoema, Brasnorte, 22-23 de agosto de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>54</sup> Entrevista com Apoema, Brasnorte, 24 de agosto de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>55</sup> Entrevista com Sami, Brasnorte, 23 de agosto de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

sendo discutido no Congresso para reduzir os limites da reserva.<sup>56</sup> Parte da área que o projeto de lei propõe que seja excluída de proteção é ocupada há anos por pecuaristas criando bois.

De acordo com dados obtidos da IDARON, em novembro de 2018 havia 13.245 cabeças de boi e 161 propriedades na reserva extrativista.

Em julho de 2019 a Anistia Internacional constatou a presença de bovinos em quatro pontos diferentes dentro da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. A Anistia Internacional também documentou através de imagem de satélite de outubro de 2019 desmatamento e queimadas recentes na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto. Uma imagem mostra bovinos pastando num campo próximo a uma área de floresta recém-queimada.

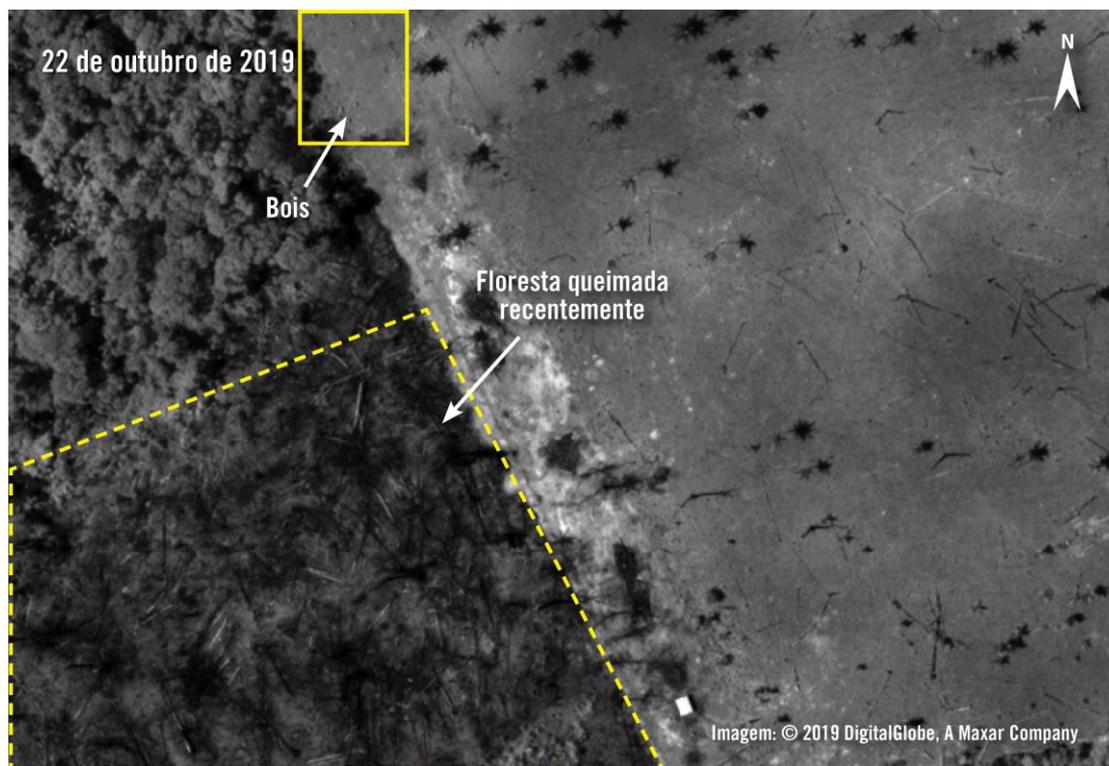


Imagem de 22 de outubro de 2019 mostra uma área de floresta recém-queimada. É possível ver alguns bois ao lado da área de pastagem recém-queimada.



Imagens de satélite mostram uma área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto onde a floresta foi derrubada e queimada desde 17 de janeiro de 2019. Essa área derrubada recentemente cobre 1,5km<sup>2</sup>.

<sup>56</sup> Câmara dos Deputados, "Agricultura aprova redefinição dos limites de duas reservas extrativistas em Rondônia", 10 de maio de 2019, <https://www.camara.leg.br/noticias/557273-agricultura-aprova-redefinicao-dos-limites-de-duas-reservas-extrativistas-em-rondonia/>

Em julho de 2019, uma moradora tradicional que vive de atividades sustentáveis na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto disse à Anistia Internacional que tem medo que a floresta continue a ser derrubada se os bois não forem retirados.<sup>57</sup>

Em julho de 2019, moradores da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto e um agente ambiental federal encarregado da área disseram à Anistia Internacional que desde a eleição do presidente Bolsonaro alguns pecuaristas aumentaram a pressão sobre a área protegida. Um líder comunitário dentro da reserva extrativista disse à Anistia Internacional que os fazendeiros estão espalhando boatos de que o novo governo vai extinguir a Reserva.

**“Durante a campanha [presidencial] ouvimos falar que o próximo governo ia acabar com a reserva. Esse discurso aumentou este ano. Os fazendeiros dizem que estamos perdendo tempo [defendendo a Reserva] porque em algum momento eles vão tomar conta dela.”<sup>58</sup>**

Cláudio, Guajará-Mirim, morador da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.



*Bois pastando em propriedade dentro da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, no estado de Rondônia, em julho de 2019. © Anistia Internacional*

<sup>57</sup> Entrevista com Helena, Guajará-Mirim, 24 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>58</sup> Entrevista com Cláudio, Guajará-Mirim, 24 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

Em julho de 2019 um agente ambiental federal disse à Anistia Internacional que desde a eleição do presidente Bolsonaro as ameaças e intimidações aumentaram, especialmente quando agentes do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) tentam retirar pessoas que se apropriaram ilegalmente de terras e criam bovinos dentro da reserva extrativista.<sup>59</sup> Um agente descreveu a tensão crescente:

**As ameaças e perseguições aumentaram desde as eleições, com declarações descrevendo o ICMBio como xiita.<sup>60</sup> Já me mandaram vários recados. Ouvi boatos de que estão oferecendo R\$100 mil [US\$25 mil] pela minha cabeça. Tenho que tomar cuidado.<sup>61</sup>**

## TERRA INDÍGENA URU-EU-WAU-WAU

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau cobre uma área de 1.867 hectares no estado de Rondônia. O processo de demarcação do território foi concluído em 1991. O povo Uru-Eu-Wau-Wau, com cerca de 200 pessoas, vive em seis aldeias na parte norte do território. Outros povos indígenas, incluindo povos que não têm contato com não-indígenas e optaram por permanecer isolados, também vive na terra indígena.<sup>62</sup> O Parque Nacional de Pacaás Novos se sobrepõe quase inteiramente à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.<sup>63</sup>



Indígenas patrulham floresta na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no estado de Rondônia, Brasil. © Gabriel Uchida

<sup>59</sup>A Lei Federal 11.516/2007 criou o ICMBio para cuidar da gestão das unidades de conservação federais, incluindo as reservas extrativistas.

<sup>60</sup>O presidente Bolsonaro empregou o termo “xiita” em várias ocasiões para descrever o suposto radicalismo dos órgãos ambientais. Guilherme Seto, “Bolsonaro diz que pretende acabar com ‘ativismo ambiental xiita’ se for presidente”, *Folha de S.Paulo*, 9 de outubro de 2018, [www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-diz-que-pretende-acabar-com-ativismo-ambiental-xiita-se-for-presidente.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-diz-que-pretende-acabar-com-ativismo-ambiental-xiita-se-for-presidente.shtml). Gustavo Schmitt, “Bolsonaro diz que combinou ‘limpa’ no Ibama e no ICMBio com ministro do Meio Ambiente”, *O Globo*, 29 de abril de 2019, <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-combinou-limpa-no-ibama-no-icmbio-com-ministro-do-meio-ambiente-23629753>

<sup>61</sup>Entrevista com Renato, Guajará-Mirim, 23 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>62</sup>Terras Indígenas no Brasil, “Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau”, *Instituto Socioambiental*, <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3891>

<sup>63</sup>Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), “Plano de Manejo 2009”, 2009, [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna\\_pacaas\\_novo.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_pacaas_novo.pdf)

Segundo dados da IDARON obtidos pela Anistia Internacional, havia aproximadamente 1.310 cabeças de boi em 15 propriedades nesse território em novembro de 2018.

Desde janeiro de 2019, fazendeiros e grileiros locais intensificaram seus esforços para se apropriar ilegalmente de lotes dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Em abril de 2019, membros do povo Uru-Eu-Wau-Wau disseram à Anistia Internacional que em janeiro de 2019 confrontaram cerca de 40 invasores que, armados com foices e facões, estavam abrindo um caminho dentro do território a aproximadamente dois quilômetros de distância de uma das aldeias indígenas e logo ao lado da estrada que os indígenas utilizam para entrar e sair do território. Quando os indígenas os mandaram ir embora, os invasores teriam respondido que mais invasores estavam vindo e teriam ameaçado matar as crianças indígenas.<sup>64</sup>

Em abril de 2019, a mídia local noticiou que mais de mil pessoas invadiram a região conhecida como Nova Floresta, dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, supondo que o governo ia dividir o território e lhes dar títulos de propriedade.<sup>65</sup>

Os Uru-Eu-Wau-Wau disseram à Anistia Internacional que estão preocupados com o impacto das invasões sobre seus meios de subsistência. Um homem Uru-Eu-Wau-Wau, com pouco mais de 40 anos, manifestou seu receio em relação aos impactos de longo prazo: “Nossa sobrevivência vem da floresta. Não vamos mais ter o que caçar. Não haverá mais árvores.”<sup>66</sup>

Em julho e agosto de 2019, agentes ambientais federais disseram à Anistia Internacional que em 2019 aumentaram as invasões ilegais que visam se apropriar ilegalmente de terras e converter área de floresta em pasto dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.<sup>67</sup> Um agente comentou: “Desde 2017 foram abertos mais de 40 quilômetros de estradas. A situação piorou em 2019. Ao lado das estradas, tem muita derrubada, capim plantado”.<sup>68</sup>

Em julho de 2019, um agente ambiental federal descreveu à Anistia Internacional algumas ameaças e intimidações da qual foi alvo. Ele contou que em maio de 2019 ele e seus colegas foram cercados por 32 homens quando estavam consertando a estrada de acesso à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e ao Parque Nacional de Pacaás Novos.

**Fomos cercados pelos invasores. Trinta e dois homens, maioria encapuzados, chegaram a pé por trás da gente com garrafas de gasolina. Eles me deram documentos da associação que está comprando terras [dentro das áreas protegidas]. Queriam que parássemos de consertar a estrada. Tinha muita gritaria e ameaças, nos chamaram de bandidos. Durou uma hora e 15 minutos. Foi tenso. [Semanas mais tarde, depois de informar a eles que os documentos não eram válidos], eles começaram a nos mandar mensagens de áudio com ameaças. Em uma delas, disseram: “A gente respeitou vocês – até agora”.<sup>69</sup>**

Em setembro de 2019, numa tentativa de combater as apropriações ilegais de terra, a Polícia Federal, o ICMBio e o Exército realizaram uma operação para prender os integrantes do grupo criminoso responsável por essas invasões. Segundo a Polícia Federal, o grupo estava recrutando pessoas para invadir e se apropriar ilegalmente de terras dentro das áreas protegidas, com base em títulos falsos.<sup>70</sup> A investigação também abordou as ameaças feitas aos agentes ambientais federais encarregados de proteger a área.<sup>71</sup>

Contudo, a operação não resolveu completamente as apropriações ilegais de terra e a atividade pecuária na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Em setembro de 2019, um agente da FUNAI mencionou para a Anistia Internacional a necessidade de manter postos de controle na área para impedir novas invasões.<sup>72</sup>

Em outubro de 2019 um agente ambiental federal disse à Anistia Internacional que o líder do grupo tinha sido preso, enquanto outros integrantes estavam foragidos da justiça. Ele disse também que até outubro de

<sup>64</sup> Entrevistas com Moacir e Yara, Governador Jorge Teixeira, 05 de abril de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>65</sup> Sintonia de Rondônia, “Acampados: Conhecemos o antigo assentamento Nova Floresta, área indígena”, 02 de abril de 2019, <https://sintoniaderondonia.com.br/Publicacao.aspx?id=51084>

<sup>66</sup> Entrevista com Guaraci, Governador Jorge Teixeira, 05 de abril de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>67</sup> Entrevista com Damião, Porto Velho, 22 de julho de 2019, e entrevista com Henrique, 25 de agosto de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>68</sup> Entrevista com Damião, Porto Velho, 22 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>69</sup> Entrevista com Damião, Porto Velho, 22 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>70</sup> Polícia Federal brasileira, “PF deflagra Operação combate crimes ambientais em Rondônia”, 17 de setembro de 2019, <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/09/pf-deflagra-operacao-combate-crimes-ambientais-em-rondonia>

<sup>71</sup> Polícia Federal brasileira, “PF deflagra Operação combate crimes ambientais em Rondônia”, 17 de setembro de 2019, <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/09/pf-deflagra-operacao-combate-crimes-ambientais-em-rondonia>

<sup>72</sup> Entrevista telefônica com Antônio, 20 de setembro de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

2019 não tinham sido levadas mais bovinos para a região sob pressão.<sup>73</sup> No entanto, em outubro de 2019, um homem Uru-Eu-Wau-Wau contou à Anistia Internacional sobre a existência de propriedades com bovinos em outra parte da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.<sup>74</sup>

## TERRA INDÍGENA KARIPUNA

A Terra Indígena Karipuna se estende por 153 mil hectares nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré (no estado de Rondônia) e foi demarcada em 1998. O território é adjacente à Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná. Os Karipuna são um povo indígena com 58 membros, e sua única aldeia se localiza às margens do rio Jacy-Paraná. Ao lado da aldeia há um roçado onde eles cultivam mandioca, abóbora, batata-doce, banana e milho.

Nos últimos anos, a Terra Indígena Karipuna vem sofrendo com apropriações ilegais de terra para criação de bovinos. As áreas cobertas com pasto aumentaram de 832 hectares em 2014 para 3.558 hectares em 2018.<sup>75</sup>

Em julho de 2019, como parte de uma investigação oficial sobre as apropriações ilegais de terras dentro da Terra Indígena Karipuna, a Polícia Federal elaborou um laudo de perícia criminal em que analisou o desmatamento na área protegida em questão. O laudo concluiu que o desmatamento e abertura de estradas dentro da Terra Indígena Karipuna constituem indícios de apropriação ilegal de terra e de conversão da floresta em áreas destinadas à agropecuária.<sup>76</sup>

Os dados oficiais sobre bovinos que pastam na Terra Indígena Karipuna indicam um número limitado de animais: os dados da IDARON apontam para apenas sete bovinos na área em novembro de 2018. No entanto, em setembro de 2019, um funcionário da FUNAI disse à Anistia Internacional que fazendeiros vizinhos à Terra Indígena Karipuna haviam recentemente invadido o território indígena para plantar capim e colocar o gado para pastar.<sup>77</sup>

Um líder Karipuna disse à Anistia Internacional que durante um sobrevoo pelo território em outubro de 2019 ele observou várias áreas limpas e queimadas perto dos limites da Terra Indígena Karipuna. Ele explicou que suspeita que essas áreas serão usadas para criar boi, porque há grandes propriedades com pasto vizinhas à Terra Indígena Karipuna.<sup>78</sup>

Em julho de 2019, líderes Karipuna também disseram que algumas áreas de floresta foram convertidas em pasto nos últimos anos, mas não puderam averiguar a situação recentemente porque temem encontrar com invasores, inclusive grileiros. Eles explicaram à Anistia Internacional que, em julho de 2019, encontraram um novo acampamento usado pelos grileiros, com colchões, redes, equipamentos de cozinha e roupas, a cerca de dois quilômetros da aldeia deles.<sup>79</sup>

Em abril de 2019, líderes Karipuna disseram à Anistia Internacional que a presença de invasores, somada às ameaças de morte que eles receberam alguns meses atrás, limita suas atividades, como a caça e a coleta de castanhas.<sup>80</sup> Um homem Karipuna na casa dos 20 anos disse em abril de 2019:

**Somos poucos para fazer a vigilância e não temos poder de polícia. É muito arriscado, e já estamos sendo ameaçados. Se o governo não fizer nada, podemos perder nosso território, pode ser o fim dos Karipuna. Não sei se eles abriram caminhos novos. Não patrulhamos com frequência, para não entrar em contato com invasores. Eles andam armados, com armas de fogo.<sup>81</sup>**

<sup>73</sup> Entrevista com Damião, 16 de outubro de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>74</sup> Entrevista com Moacir, 26 de outubro de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>75</sup> Mapbiomas, <http://plataforma.mapbiomas.org/map#coverage>

<sup>76</sup> Polícia Federal brasileira, "Laudo de Perícia Criminal Federal (Meio Ambiente) nº 350/2019 – SETEC/SR/PF/RO", julho de 2019.

<sup>77</sup> Entrevista telefônica com Antônio, 20 de setembro de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>78</sup> Entrevista com Ubiraci, 09 de outubro de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>79</sup> Entrevistas com Ubiraci e Ikal, Porto Velho, 14 de abril e 21 de julho de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

<sup>80</sup> Anistia Internacional, "Risk of bloodshed in the Amazon unless government protects Indigenous peoples from illegal land seizures and logging" (Risco de derramamento de sangue na Amazônia se governo não proteger povos indígenas contra ação de grileiros e madeireiros), 7 de maio de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/05/brazil-risk-of-bloodshed-in-the-amazon-unless-government-protects-indigenous-peoples-from-illegal-land-seizures-and-logging/>

<sup>81</sup> Entrevista com Kauê, Porto Velho, 14 de abril de 2019, arquivo da Anistia Internacional.

# GOVERNOS ESTADUAIS FACILITAM PECUÁRIA BOVINA ILEGAL

Como todos os governos estaduais brasileiros, os governos do Mato Grosso e de Rondônia coletam informações sobre as propriedades de criação de bovinos, incluindo dados sobre seus proprietários, localização, tamanho dos rebanhos e movimentação dos bovinos.<sup>82</sup> Essas informações incluem dados sobre bovinos que pastam em áreas protegidas.

Leis de ambos os estados preveem que as propriedades de criação de bovinos e os pecuaristas sejam cadastrados junto às agências estaduais de defesa sanitária animal.<sup>83</sup> Depois que os pecuaristas solicitam o cadastro de suas propriedades, autoridades estaduais visitam a propriedade para confirmar as informações fornecidas e avaliar o cumprimento da legislação, antes de validar o cadastro.<sup>84</sup> As autoridades também registram as coordenadas geográficas das propriedades.<sup>85</sup> Os criadores de bovinos têm a obrigação de fornecer informações atualizadas sobre seus rebanhos.<sup>86</sup> A legislação do Mato Grosso prevê que a movimentação de bovinos só será autorizada depois de confirmado o cadastro.<sup>87</sup>

A Anistia Internacional constatou que, em alguns casos, as agências estaduais de defesa sanitária animal cadastram propriedades de criação de bovinos em áreas protegidas e emitem Guias de Trânsito Animal para o deslocamento de bovinos mesmo que a propriedade em questão fique em uma terra indígena e/ou unidade de conservação. Quando agências de defesa sanitária animal cadastram propriedades de criação de bovinos e/ou emitem Guias de Trânsito Animal para movimentação de bovinos em reservas extrativistas ou terras indígenas, elas efetivamente facilitam a atividade pecuária bovina ilegal.

Por exemplo, a IDARON cadastra propriedades de criação de bovinos em áreas protegidas, conforme foi evidenciado pelos dados obtidos através do pedido de informação feito pela Anistia Internacional. De acordo com os dados, existiam 2.868 propriedades situadas em áreas protegidas em Rondônia em novembro de 2018.

A IDARON também facilita a atividade pecuária bovina ilegal em áreas protegidas quando emite Guias de Trânsito Animal para a movimentação de bovinos envolvendo propriedades situadas em áreas protegidas. Um relatório da Polícia Civil de Rondônia constatou vários casos em que a IDARON emitiu Guias de Trânsito Animal para bovinos que estavam ingressando na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná e sendo deslocados entre propriedades localizadas dentro da reserva extrativista entre janeiro de 2015 e julho de 2019.<sup>88</sup>

---

<sup>82</sup> Artigos 22, 23 do Decreto Federal 5.741/2006.

<sup>83</sup> Artigo 33 do Decreto 1.260/2017 do Mato Grosso; artigo 3 da Lei 982/2001 de Rondônia; artigo 6 do Decreto 9.735/2001 de Rondônia.

<sup>84</sup> Artigos 38, 39 do Decreto 1.260/2017 do Mato Grosso; artigo 4 da Portaria nº 71/2015/IDARON/PR-GAB do IDARON.

<sup>85</sup> Artigo 40 do Decreto 1.260/2017 do Mato Grosso; artigo 4 da Portaria nº 71/2015/IDARON/PR-GAB.

<sup>86</sup> Artigo 42 do Decreto 1.260/2017 do Mato Grosso; artigo 8 da Portaria nº 71/2015/IDARON/PR-GAB.

<sup>87</sup> Decreto 1.260/2017 do Mato Grosso, artigo 40. Os pesquisadores da Anistia Internacional não puderam confirmar a existência de dispositivos semelhantes na legislação de Rondônia.

<sup>88</sup> Núcleo de Repressão às Ações Criminosas Organizadas, "Relatório de Inteligência 31/2019", Polícia Civil de Rondônia, 26 de julho de 2019.

Em julho de 2019 o Ministério Público de Rondônia moveu uma ação contra a IDARON para impedir a agência de emitir Guias de Trânsito Animal para a entrada de bovinos na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná e para de prestar outros serviços às propriedades situadas dentro da reserva extrativista, incluindo a emissão de certificados veterinários e assistência técnica.<sup>89</sup>

O Ministério Público de Rondônia afirma que a criação de bovinos não é compatível com as finalidades da Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná. Ele considera que a IDARON não apenas permite, como também facilita a atividade pecuária bovina ilegal na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná ao legitimar a entrada e saída de bovinos da reserva extrativista com a emissão de Guias de Trânsito Animal. O Ministério Público de Rondônia exige que a IDARON tome medidas para desencorajar a atividade pecuária bovina ilegal na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná e que suspenda a prestação de serviços que legitimam e facilitam a atividade pecuária bovina na reserva extrativista.<sup>90</sup>

O Ministério Público de Rondônia informou ter feito várias recomendações à IDARON relativas à criação ilegal de bovinos na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná. Em outubro de 2017, o Ministério Público de Rondônia recomendou que a IDARON notificasse todos os criadores de bovinos dentro da reserva extrativista para retirar seus animais da reserva extrativista e suspendesse a emissão de Guias de Trânsito Animal para a entrada de bovinos na reserva extrativista.

De acordo com o Ministério Público de Rondônia, a IDARON ainda não respondeu à recomendação, apesar de pedidos reiterados nesse sentido, e, em agosto de 2018, a IDARON informou que o governo de Rondônia iria criar um grupo estratégico com outros órgãos governamentais para embargar propriedades rurais e inviabilizar a atividade pecuária de grandes fazendeiros dentro da reserva extrativista. O plano não foi adiante.<sup>91</sup>

Em fevereiro de 2019 o Ministério Público de Rondônia emitiu uma nova recomendação à IDARON. A recomendação prevê que a agência estadual de defesa sanitária animal exija que os pecuaristas apresentem um documento para mostrar que suas propriedades obedecem à legislação ambiental. O documento deve afirmar especificamente que a propriedade não se situa dentro de uma unidade de conservação.<sup>92</sup>

Em sua resposta, a IDARON afirmou que sua responsabilidade exclusiva é cuidar da defesa sanitária animal e que a suspensão de Guias de Trânsito Animal teria como consequência riscos à saúde dos animais. A agência disse também que a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia é responsável pela proteção ambiental e pela remoção de bovinos criado em áreas ilegais.<sup>93</sup>

A Anistia Internacional considera que a responsabilidade da IDARON pela política de defesa sanitária animal não a exime da obrigação de respeitar a legislação brasileira. O Poder Público, incluindo a IDARON, tem o dever de proteger o meio ambiente, conforme afirma a Constituição.<sup>94</sup>

A IDARON adota posições contraditórias e incoerentes quanto à emissão de Guias de Trânsito Animal para a entrada de bovinos em áreas protegidas. Os Ministérios Públicos Federal e de Rondônia recomendaram especificamente que a IDARON suspenda a emissão de Guias de Trânsito Animal para a entrada de bovinos em quatro áreas protegidas, para protegê-las contra a atividade pecuária ilegal.

Embora a IDARON não tenha acatado a recomendação do Ministério Público de Rondônia de suspender a emissão de Guias de Trânsito Animal para a entrada de bovinos na Reserva Extrativista do Rio Jacy-Paraná, ela adotou posição distinta quanto à emissão de Guias de Trânsito Animal para dois outros locais visitados pela Anistia Internacional.

---

<sup>89</sup> Ministério Público de Rondônia v. IDARON (7032816-60.2019.8.22.0001), Tribunal de Justiça de Rondônia.

<sup>90</sup> *Ministério Público de Rondônia v. IDARON* (7032816-60.2019.8.22.0001), Tribunal de Justiça de Rondônia.

<sup>91</sup> *Ministério Público de Rondônia v. IDARON* (7032816-60.2019.8.22.0001), Tribunal de Justiça de Rondônia.

<sup>92</sup> *Ministério Público de Rondônia v. IDARON* (7032816-60.2019.8.22.0001), Tribunal de Justiça de Rondônia. Vincular as Guias de Trânsito Animal ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma maneira de impedir a atividade pecuária ilegal. No estado do Pará, o decreto nº 1.052/2014 torna obrigatória a existência de um CAR para a emissão de uma Guia de Trânsito. O objetivo é impedir a venda de gado por fazendeiros que desmataram ilegalmente. Segundo o Ministério Público Federal, o decreto estadual começou a ser implementado em novembro de 2018. Ministério Público Federal no Pará, "Após recomendação do MPF, Pará põe em prática nova barreira contra desmatamento", 23 de novembro de 2018, <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/apos-recomendacao-do-mpf-para-poe-em-pratica-nova-barreira-contr-desmatamento>

<sup>93</sup> Ministério Público de Rondônia v. IDARON (7032816-60.2019.8.22.0001), Tribunal de Justiça de Rondônia.

<sup>94</sup> Artigo 225 da Constituição do Brasil. O estatuto da IDARON prevê que o órgão é responsável pela execução de medidas de proteção e preservação dos recursos naturais renováveis, flora, fauna, solo e água. A legislação de Rondônia também afirma que as políticas de defesa sanitária animal visam "a preservação e a proteção da saúde animal, bem como da proteção ambiental objetivando a valorização da produção e da saúde pública". Artigo 2 do Decreto nº 8.866/1999 de Rondônia (o estatuto da IDARON) e artigo 1 da Lei 982/2001 de Rondônia.

Em julho de 2010, o Ministério Público Federal recomendou à IDARON que parasse de emitir Guias de Trânsito Animal para a entrada de bovinos na Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.<sup>95</sup> A IDARON declarou publicamente que acataria a recomendação.<sup>96</sup> Em outubro de 2010, a IDARON afirmou que já havia parado de emitir Guias de Trânsito Animal para as propriedades situadas dentro da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto.<sup>97</sup>

Em fevereiro de 2018 o ICMBio relatou ao Ministério Público Federal seu receio sobre a possibilidade de introdução de bovinos na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e no Parque Nacional de Pacaás Novos. O ICMBio sugeriu que não fossem emitidas Guias de Trânsito Animal para áreas dentro das áreas protegidas, considerando que “em casos precedentes o Estado de Rondônia tem legitimado a formação de fazendas pecuárias em unidades de conservação, por meio da emissão de Guias de Transporte Animal – GTA, anuindo a entrada e saída de rebanhos, portanto, legitimando a atividade criminosa e reforçando documentalmente a posse ilegal”.<sup>98</sup>

Em maio de 2018 o Ministério Público Federal recomendou à IDARON que deixasse de emitir Guias de Trânsito Animal dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e do Parque Nacional de Pacaás Novos, em vista da “evidente incompatibilidade da atividade com os objetivos das áreas legalmente protegidas”.<sup>99</sup> Dois meses mais tarde, a IDARON respondeu que estava atualizando a identificação, com geolocalização, de todas as propriedades situadas nas duas áreas protegidas e que, a partir disso, deixaria de emitir Guias de Trânsito Animal para essas propriedades.<sup>100</sup> Em 2019, o Ministério Público Federal fez duas solicitações de atualização da identificação geográfica das propriedades a serem bloqueadas.<sup>101</sup> Até novembro de 2019, a IDARON ainda não havia fornecido essa informação.

Embora a IDARON tenha afirmado que acataria a recomendação, a agência estadual também negou que apropriações ilegais de terras tivessem ocorrido graças à emissão de Guias de Trânsito Animal, argumentando que a emissão das Guias de Trânsito Animal ocorre após as apropriações ilegais de terras.<sup>102</sup>

O Ministério Público Federal considera que os dados sobre a movimentação de bovinos, incluindo os dados privados, devem ser divulgados pelas autoridades estaduais de defesa sanitária animal.<sup>103</sup>

Em junho de 2019 a Anistia Internacional apresentou pedidos de informação para ter acesso ao conjunto completo de dados das Guias de Trânsito Animal de Rondônia e do Mato Grosso. Contudo, os dois pedidos foram rejeitados com base no argumento de que os dados incluem informações privadas. A IDARON (em Rondônia) forneceu dados parciais, como os municípios de origem e destino dos bovinos, a finalidade de sua movimentação e o número de cabeças de boi transportadas. O INDEA (no Mato Grosso) se negou a disponibilizar qualquer dado e declarou que o pedido “deve ser feito de forma oficial, devendo conter o nome do interessado, bem como a função que exerce, visto que as informações solicitadas podem expor os cidadãos em questão para fins comerciais”. O INDEA publica periodicamente dados parciais sobre movimentação de bovinos em seu website, informando os municípios de origem e destino, finalidade do deslocamento e número de cabeças de boi transportadas de cada Guia de Trânsito Animal.

A Anistia Internacional não pôde confirmar o número de bovinos e de propriedades criando bovinos situadas em áreas protegidas no Mato Grosso. A agência estadual de defesa sanitária animal, INDEA, deu respostas contraditórias aos quatro pedidos de informação apresentados pela Anistia Internacional e não forneceu dados sobre o número de bovinos e propriedades em terras indígenas e unidades de conservação.

Enquanto que em sua segunda resposta à Anistia Internacional o INDEA afirmou que os dados poderiam ser fornecidos “mediante requerimento padrão, com os dados do solicitante e devida representatividade legal para tal”, as respostas seguintes alegaram que o INDEA não intervém em terras indígenas e unidades de conservação e que não tem competência para cadastrar propriedades de criação de bovinos em terras

---

<sup>95</sup> Ministério Público de Rondônia, “MPF recomenda que IDARON não emita guia de transporte animal em Resex”, 13 de julho de 2010, <http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/ultimas-noticias-convertidas/201401311630470200-mpf-recomenda-que-idaron-nao-emita-guia-de-transporte-animal-em-resex>

<sup>96</sup> Rondônia ao vivo, “IDARON acata decisão do MPF, mas pede fiscalização na Resex Rio Ouro Preto”, 13 de julho de 2010, <http://rondoniaovivo.com/justica/noticia/2010/07/13/idaron-acata-decisao-do-mpf-mas-pede-fiscalizacao-na-resex-rio-ouro-preto.html>

<sup>97</sup> IDARON, “Ofício nº 1,468/GAB/IDARON”, 06 de outubro de 2010.

<sup>98</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, “Ofício SEI nº 5/2018-PARNA Pacaás Novos/ICMBio”, 18 de fevereiro de 2018.

<sup>99</sup> Ministério Público de Rondônia, “Recomendação nº 9, de maio de 2018”, 23 de maio de 2018.

<sup>100</sup> IDARON, “Ofício 2002/2018/IDARON-GISDA”, 18 de julho de 2018.

<sup>101</sup> Ministério Público de Rondônia, “Ofício nº 795/2019/GABPR2-DLF”, 29 de março de 2019, e “Ofício nº 1,347/2019/GABPR2-DLF”, 21 de maio de 2019.

<sup>102</sup> IDARON, “Ofício 2002/2018/IDARON-GISDA”, 18 de julho de 2018.

<sup>103</sup> O Ministério Público Federal usa a [falta de] acesso a informações sobre o trânsito de gado como um dos vários indicadores para avaliar a transparência ambiental das agências estaduais de defesa sanitária animal. Ministério Público Federal, “Itens avaliados”, *Ranking da Transparência Ambiental*, [http://www.transparenciaambiental.mpf.mp.br/www/itens\\_avalidados](http://www.transparenciaambiental.mpf.mp.br/www/itens_avalidados)

indígenas. A Anistia Internacional não pôde confirmar se o INDEA emite Guias de Trânsito Animal para a movimentação de bovinos que entra em áreas protegidas no estado do Mato Grosso.

A Anistia Internacional considera que existe forte interesse público pelos dados relacionados a bovinos, especialmente quando esses dados podem ser indicativos de atividade ilegal. A falta de transparência e as recusas desarrazoadas em fornecer acesso a dados sobre bovinos, incluindo sobre a movimentação de bovinos e o número de cabeças de boi em áreas protegidas, prejudica o direito de acesso do público a informações sobre governança e proteção indígena e ambiental.

# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Constituição brasileira afirma o direito de todos a um meio ambiente equilibrado.<sup>104</sup> A Constituição e as obrigações internacionais de direitos humanos do Brasil reconhecem o direito dos povos indígenas e das populações tradicionais a suas terras, ao uso das mesmas e à utilização de seus recursos naturais.<sup>105</sup> A legislação nacional protege as reservas extrativistas e as terras indígenas. As apropriações ilegais de terras, inclusive para a criação de bovinos, em reservas extrativistas e terras indígenas constituem crimes pelas leis federais.<sup>106</sup>

Este relatório documenta a criação de bovinos e a expansão recente de apropriações ilegais de terras para a criação de bovinos em cinco áreas protegidas (reservas extrativistas e terras indígenas) na Amazônia brasileira e suas consequências para os direitos humanos dos povos indígenas e populações tradicionais. Ele demonstra que as agências estaduais de defesa sanitária animal possuem dados sobre propriedades de criação de bovinos, pecuaristas e a movimentação de bovinos. Quando agências estaduais cadastram propriedades de criação de bovinos e/ou emitem Guias de Trânsito Animal para a movimentação de bovinos mesmo quando a propriedade em questão fica em uma reserva extrativista ou terra indígena, elas efetivamente facilitam a pecuária bovina ilegal.

A Anistia Internacional exorta as autoridades brasileiras a pôr fim à atividade pecuária bovina ilegal em áreas protegidas da região amazônica. A Anistia Internacional exorta as agências de defesa sanitária animal a tomar todas as medidas possíveis para combater a criação ilegal de bovinos em áreas protegidas da região amazônica.

A Anistia Internacional recomenda que o presidente Bolsonaro:

- Se abstenha de criticar povos indígenas e órgãos de proteção ambiental;
- Prossiga com a demarcação de terras indígenas, conforme previsto na Constituição;
- Adote políticas que fortaleçam os órgãos de proteção dos povos indígenas e do meio ambiente, inclusive com recursos financeiros e humanos, para aplicar a legislação, e intensificar as fiscalizações e monitoramento em terras indígenas e unidades de conservação na região amazônica, além de garantir a segurança dos agentes de órgãos públicos.

A Anistia Internacional recomenda que os Ministérios Públicos Federal e Estaduais e as autoridades policiais:

- Investiguem e levem à justiça os responsáveis por apropriações ilegais de terras e pela criação de bovinos em áreas protegidas da região amazônica;

---

<sup>104</sup> Artigo 225 da Constituição do Brasil.

<sup>105</sup> OEA Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas Americanos, artigo ANISTIA INTERNACIONALV, OIT Convenção dos Povos Indígenas e Tribais, 169 Art. 14, jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, incluindo *Povo Saramaka vs. Suriname* (Objecções Preliminares, Méritos, Reparações e Custos) (Série C No. 172) Corte Interamericana de Direitos Humanos, (2007). A Constituição do Brasil define que o governo federal, os estados e municípios possuem competência comum para proteção ambiental e da floresta. Ela define a proteção ambiental como um dos princípios que norteiam as atividades econômicas. Artigos 23 e 170 da Constituição do Brasil.

<sup>106</sup> Artigo 20 da Lei Federal 4.947/66; Artigos 48 e 50-A da Lei Federal 9.605/98.

- Investiguem e levem à justiça os responsáveis por ameaças e atos de intimidação contra indígenas, moradores de reservas extrativistas e agentes de órgãos públicos responsáveis por defender áreas protegidas da região amazônica.

A Anistia Internacional recomenda que as agências estaduais de defesa sanitária animal na região amazônica:

- Suspendam o cadastro de propriedades de criação de bovinos situadas em áreas protegidas;
- Previnam a entrada de bovinos em áreas onde a criação de bovinos é ilegal;
- Cooperem com as autoridades ambientais federais e estaduais para impedir a entrada de bovinos que se encontram ilegalmente em áreas protegidas (e remover os bovinos que já estão nessas áreas);
- Garantam o acesso do público a dados sobre propriedades de criação de bovinos, pecuaristas e movimentação de bovinos, inclusive em áreas protegidas.

Em Rondônia, especificamente, a Anistia Internacional recomenda que a agência estadual de defesa sanitária animal, IDARON:

- Adote uma política de defesa sanitária animal que seja consistente com a proteção do meio ambiente e dos direitos indígenas, baseada nas recomendações dos Ministérios Públicos Federal e de Rondônia, e que seja consistente em todas as áreas protegidas, para combater a atividade pecuária bovina ilegal em áreas protegidas;
- Colaboree com as autoridades ambientais federais e estaduais para retirar os bovinos criados ilegalmente em áreas protegidas, incluindo as Reservas Extrativistas do Rio Jacy-Paraná e Rio Ouro Preto e a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

No Mato Grosso, especificamente, a Anistia Internacional recomenda que a agência estadual de defesa sanitária animal, o INDEA:

- Investigue, com base nos dados de que dispõe, o número de cabeças de boi e propriedades de criação de bovinos localizadas em áreas protegidas e divulgue esses resultados;
- Fiscalize a atividade pecuária e as propriedades de criação de bovinos na Terra Indígena Manoki (por exemplo, averiguando se são cadastradas ou não) e tome as medidas apropriadas para acabar com a atividade pecuária bovina ilegal no território;
- Adote uma política de defesa sanitária animal que seja consistente com a proteção ambiental e dos direitos indígenas e que combata a atividade pecuária bovina ilegal em áreas protegidas;
- Colabore com autoridades ambientais federais e estaduais para retirar os bovinos criados ilegalmente em áreas protegidas, incluindo na Terra Indígena Manoki;
- Implemente a recomendação do Ministério Público Federal relativa à transparência da informação ambiental, incluindo as informações sobre a movimentação de bovinos.

A Anistia Internacional recomenda que o IBAMA, o ICMBio e as secretárias estaduais de Meio Ambiente:

- Colaborem com os órgãos federais e estaduais de defesa sanitária animal para impedir a entrada de bovinos em áreas protegidas da região amazônica e retirem os bovinos criados ilegalmente nessas áreas;
- Investiguem e processem os responsáveis pela criação ilegal de bovinos em áreas protegidas da região amazônica.

A Anistia Internacional recomenda que a FUNAI:

- Colabore com os órgãos federais e estaduais de proteção ambiental e defesa sanitária animal para impedir a entrada ilegal de bovinos em terras indígenas da região amazônica e para retirar os bovinos criados ilegalmente nessas terras.

Este relatório faz parte de uma investigação em andamento sobre a pecuária bovina ligada ao desmatamento ilegal na Amazônia brasileira e sobre as violações de direitos humanos resultantes, particularmente as violações cometidas contra povos indígenas.

**A ANISTIA INTERNACIONAL É  
UM MOVIMENTO GLOBAL  
PELOS DIREITOS HUMANOS.  
QUANDO UMA PESSOA SOFRE  
UMA INJUSTIÇA, ISSO AFETA A  
TODOS NÓS.**

#### CONTACT US



[imprensa@anistia.org.br](mailto:imprensa@anistia.org.br)



+55 (21) 3174-8601

#### JOIN THE CONVERSATION



[www.facebook.com/anistiainternacionalbrasil](http://www.facebook.com/anistiainternacionalbrasil)



@anistiabrasil

# CERCAR E TRAZER O BOI

## PECUÁRIA BOVINA ILEGAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A criação ilegal de bovinos é o fator subjacente ao aumento da violência e das apropriações ilegais de terras que marcaram a Amazônia brasileira neste ano. Os incêndios destrutivos que chamaram a atenção do mundo em julho e agosto fizeram parte de um processo mais amplo para converter áreas de floresta protegida em áreas de pastagem para gado. A Anistia Internacional documentou esforços recentes para se apropriar ilegalmente de terras para a criação de bovinos em cinco áreas protegidas (terras indígenas e reservas extrativistas) na Amazônia brasileira. As apropriações de ilegais de terras foram acompanhadas por ameaças e atos de intimidação contra moradores locais, povos indígenas e agentes governamentais responsáveis pela proteção ambiental e das terras indígenas. Este relatório faz parte de uma investigação em andamento sobre as violações dos direitos humanos, especialmente contra povos indígenas, causadas pela criação ilegal de bovinos na Amazônia brasileira.